

Habitação e identidade Guarani-kaiowá: história, cultura e tradição espacial nos desafios projetuais contemporâneos de uma aldeia urbana

Housing and Guarani-kaiowá identity: history, culture and spatial tradition in contemporary design challenges of an urban settlement

Leticia Cruz Silva

Graduanda, UFMS, Brasil

leticia_c@ufms.br

Rafaella Estevão da Rocha

Professora Doutora, UFMS, Brasil

rafaella.rocha@ufms.br

RESUMO

A problemática deste estudo aborda as condições habitacionais indígenas em contexto urbano. O objetivo é investigar as características das vivências espaciais e das residências tradicionais dos Guarani-Kaiowá da cidade de Naviraí-MS, compreendendo arquitetônica e culturalmente as adaptações necessárias para um contexto contemporâneo de habitação. Para isso, a pesquisa combina revisão bibliográfica, análise documental, estudo de caso e estudo de campo. A partir disso, os dados coletados foram comparados, resultando na sistematização teórica das relações espaciais para orientações projetuais de aldeias contemporâneas. Foi identificado que o espaço territorial tradicional mantém centralidade simbólica, mesmo em áreas urbanas, mas sofre tanto com a falta de adaptação dos projetos habitacionais às necessidades coletivas e simbólicas desse povo, quanto pela gestão pública da infraestrutura dos seus contextos de implantação. Concluiu-se que a habitação indígena em contextos urbanos exige uma abordagem interdisciplinar de arquitetura e urbanismo, antropologia e gestão pública que reconcilie território, sustentabilidade, identidade cultural e contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura indígena. Habitação Guarani-Kaiowá. Relações espaciais. Tradição cultural.

ABSTRACT

This study examines the housing conditions of indigenous populations in urban contexts. It aims to investigate the spatial dynamics and traditional dwellings of the Guarani-Kaiowá people in Naviraí-MS, Brazil, analyzing the necessary architectural and cultural adaptations for contemporary housing needs. The research employs a mixed-methods approach, combining literature review, document analysis, case study, and field research. These methods systematically compared data collected, yielding a theoretical framework for spatial relationships in designing contemporary Indigenous settlements. Key findings reveal that traditional territorial spaces maintain symbolic significance even in urban areas yet face dual challenges: inadequate adaptation of housing projects to collective and cultural needs and insufficient public infrastructure management. The study concludes that addressing Indigenous urban housing requires an interdisciplinary approach integrating architecture, urban planning, anthropology, and public policy to reconcile territoriality, sustainability, cultural identity, and modern living conditions.

KEYWORDS: Indigenous architecture. Guarani-Kaiowá housing. Spatial relationships. Cultural tradition

1 INTRODUÇÃO

As populações indígenas no estado de Mato Grosso do Sul totalizam 116.346 habitantes (IBGE, 2022). Desse total, 68.534 indivíduos residem em território demarcado, enquanto 47.000 vivem em áreas urbanas ou fora dessas reservas. Entre a população indígena dispersa pelos 79 municípios do estado, estão presentes diversas etnias, incluindo Guarani, Guarani Kaiowá, Guarani Nhandeva, Guató, Kadiwéu, Kinikinau e Terena. A população Guarani-Kaiowá presente no Mato Grosso do Sul representa o segundo maior povo indígena do Brasil, contando com aproximadamente 50 mil habitantes no estado (Fian, 2024).

Assim sendo, a história da região que atualmente corresponde ao Mato Grosso do Sul é marcada pela presença de povos indígenas e pela dominação realizada pelos colonizadores que chegaram ao antigo sul de Mato Grosso. Na década de 1920, frentes pioneiras com o a Companhia Mate Laranjeira, fundada pelo gaúcho Thomaz Laranjeira, promoveram o desenvolvimento do estado frequentemente à custa da expropriação de terras, exploração e apagamento histórico. Benites (2012) observa que a Companhia Matte-Laranjeira, devido à sua elevada influência, impedia a alocação de outros colonos na região detendo o monopólio da exploração da erva-mate, protegendo involuntariamente os territórios indígenas Guarani-Kaiowá. Por outro lado, “a maior parte da historiografia regional não destaca o trabalho indígena no processo de colonização. Nela, o índio não é percebido como alguém que já ocupava essa região antes da chegada dos colonizadores [...]” (Carmo; Ferreira, 2015, p. 359). Segundo Cavalcante (2015, p. 183) os “Kaiowá e os Guarani são dois povos indígenas, etnicamente diferenciados, porém culturalmente muito próximos. Ambos têm boa parte de seu território de ocupação tradicional localizada na região sul do atual estado de Mato Grosso do Sul [...]”.

Assim, embora os Guarani e os Kaiowá sejam grupos distintos dentro da mesma família linguística e cultural, eles passaram a ser frequentemente mencionados em conjunto ao longo do tempo, especialmente a partir do século XX. Isso se deve a processos históricos e sociais que os unificaram em lutas comuns por direitos territoriais e reconhecimento de sua pré-existência. A partir da década de 1980, com o fortalecimento dos movimentos indígenas no Brasil, as identidades Guarani-Kaiowá começaram a se entrelaçar em ações coletivas, destacando-se especialmente na luta pela demarcação de terras. Assim como relatado por Brighenti (2021, p.173) “a perda dos territórios Guarani - Kaiowá afetou a mobilidade social e espacial destes povos, que, a partir disso, passaram a buscar novas formas de ser Guarani e de ser Kaiowá”.

Dados históricos evidenciam a presença dos Guarani-Kaiowá, assim como de outros grupos indígenas, no território que viria a constituir o Mato Grosso do Sul, “[...] nas regiões dos rios Brilhante, Dourados, Apa, Amambai, Iguatemi, Mbarakay, Hovy e Pytã” (Benites, 2012, p. 165), onde habitavam especialmente às margens de microbacias hidrográficas como os rios Paraná e Paraguai.

No município de Naviraí-MS, recorte geográfico deste estudo, estima-se que atualmente residem cerca de 1.200 indígenas, desse total 750 são da etnia Guarani-Kaiowá (Prefeitura Municipal de Naviraí, 2023). Inseridas em contexto urbano, localizadas em Área de Preservação Permanente (APP), existem as aldeias Tekoha Mborevyry e o Tekoha Romero Benites.

Antes da chegada dos colonizadores ao estado, a organização social e espacial dessas

comunidades baseava-se em seus *tekoha* (espaço territorial) de origem, que era composto por “[...] famílias extensas politicamente coesas e que dispunham de terras suficientes para suas necessidades”. Não significa, evidentemente, que não havia conflitos [...], nesses casos, o grupo dissidente podia se territorializar em outro local” (Machado, 2019, p. 34).

Assim, essas famílias viviam em conjunto, mas mantinham distâncias espaciais de 15 a 20 km dos *tekoha* de outras famílias extensas, preservando relações de troca. Para os Kaiowá, os locais de habitação eram definidos pelos *Ñanderu* durante a criação da terra. Na cosmologia¹ Guarani-Kaiowá, o *Ñanderu* é uma figura de forte liderança xamânica e política, sendo considerado um pai que realiza os rituais.

Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) com objetivo teórico da pacificação e proteção dos grupos indígenas, além do estabelecimento de núcleos de colonização com base na mão de obra barata. No entanto, os resultados dessa política mostraram-se prejudiciais, evidenciando a redução territorial dessa população, a mudança do modo de habitar e de manter suas tradições. Hoje sabe-se que essa foi uma política indigenista inadequada.

De acordo com Vietta (2012, p. 346), tal política era “incapaz de assegurar terras para minimamente viabilizar a produção econômica familiar, e levou um grande número de índios para o interior de fazendas, trocando moradia por trabalho árduo ou pela escravidão por dívida”. Ademais, essa dinâmica alterou-se quando os indígenas foram forçados a conviver em conjunto com outras famílias em um território extremamente reduzido, prática promovida pelo SPI.

Nesse contexto, a organização social e espacial, que anteriormente era determinada pelo grupo, passou a ser imposta pela instituição, resultando na perda de muitos costumes culturais em face da exploração e do esvaziamento cultural. A transmissão de conhecimentos importantes entre gerações ocorre por meio da oralidade, como “[...] formas próprias de educação e produção de conhecimentos sobre agricultura, caça, pesca, medicina e geografia, entre outros” (Oliveira; Ferreira, 2017, p. 760). “Diferentemente de outros povos indígenas, os Guarani e os Kaiowá reconhecem a sua fala (*nhe*) como sagrada, como o maior símbolo de etnicidade, e por meio dela transmitem seus conhecimentos tradicionais de geração em geração” (Martins, 2020, p. 51). Além do conhecimento transmitido pela oralidade, o fortalecimento das relações entre as parentelas se dava por meio de práticas rituais no espaço territorial dos *tekoha*, que funcionavam como motor permanente de visitas e trocas.

A moradia, enquanto espaço físico e simbólico – o *tekoha* – desempenha um papel relevante para a preservação da identidade cultural e para o fortalecimento da permanência territorial. Entretanto, ainda hoje essa população enfrenta desafios significativos relacionados à expropriação de suas terras e à imposição de modelos habitacionais ocidentais que minimizam suas tradições e modos de vida, o que leva a vivências em condição de vulnerabilidade em habitações que não oferecem nem habitabilidade mínima, nem segurança.

Isto posto, o presente estudo possui como objetivo investigar as características espaciais das vivências e das residências tradicionais dos Guarani-Kaiowá da cidade de Naviraí-MS, compreendendo arquitetônica-culturalmente as relações em um contexto contemporâneo de habitação, sintetizando essas relações espaciais em um guia de orientações projetuais.

¹ Cosmologia para os indígenas são explicações que representam modelos complexos que expressam suas concepções a respeito da origem do Universo e de todas as coisas existentes.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adotou uma abordagem teórica e exploratória, associando revisão bibliográfica, análise documental, estudo de caso e estudo de campo, para investigar as vivências espaciais e as condições habitacionais dos Guarani-Kaiowá no contexto urbano da aldeia *Tekoha* Borevyry em Naviraí-MS. O estudo de Campo foi realizado com a participação de uma das lideranças indígenas da aldeia. Durante o estudo, foram feitos registros fotográficos e anotações das condições das moradias, infraestrutura e espaços coletivos a partir de observação direta. Também foi realizada entrevista semiestruturada à liderança indígena com questões sobre organização espacial, desafios habitacionais e necessidades culturais. A partir disso, os dados coletados foram comparados aos achados da análise bibliográfica, documental e ao estudo de caso, resultando na sistematização teórica das relações espaciais para orientações projetuais.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

3.1 O Tekoha: espaço territorial indígena

No antigo sul do Mato Grosso, o processo de colonização tomou grandes proporções no século XIX, especialmente após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), um dos conflitos mais violentos da América do Sul. Após a vitória nesse conflito, o Brasil iniciou um forte incentivo à ocupação de imigrantes na região centro-oeste. Nesse contexto, “[...] tal processo foi responsável por diversas formas de ocupação, colonização e uso econômico das terras dessa região” (Cavalcante, 2015, p. 183-184), resultando na expulsão dos povos originários.

Conforme já foi introduzido, a atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) implementou medidas que anularam a identidade individual de cada grupo, reunindo diversas famílias em oito pequenas reservas indígenas, sendo a menor delas com 668 hectares e a maior com 3.594 hectares. Essa situação resultou em territórios precários, superlotados e geradores de conflitos sociais. O Estado brasileiro, por meio do SPI:

“[...] viabilizou a ocupação-colonização de seus territórios étnicos ancestrais enquanto garantia aos indígenas poucas e escassas terras sob o desígnio de reservas, como territórios privilegiados para a realização do processo de assimilação e integração [...]” (Mota, 2015, p. 157).

O principal objetivo do SPI era o controle total do Estado sobre o território e as populações pré-existentes, de modo que “a gênese de um ideário nacionalista foi totalmente penetrada pelo colonialismo, as identidades e concepções múltiplas de mundo foram enquadradas nos discursos que forjaram uma identidade nacional [...]” (Mota, 2015, p. 154). No final da década de 1970, os conflitos nas reservas começaram a motivar movimentos reivindicatórios pela demarcação das terras de ocupação tradicional. Assim, as demarcações “[...] fragmentaram o território tradicional, desmobilizando e desorientando os padrões de organização social, principalmente pelo cerceio do acesso a vínculos com a terra, relacionados à tradição e ao ‘nosso modo de ser’ (*ñande reko*)” (Urquiza; Prado, 2015, p. 55).

Nesse sentido, entender o conceito de *tekoha* é fundamental para compreender a importância da terra para esses indígenas. Essa palavra é complexa e carrega grande significado. Estudos realizados por Crepalde (2014) indicam que o *tekoha* se constrói a partir de:

“[...] um modo de ser na interdependência com o espaço, ou seja, um *teko* (modo de ser, cultura) e um *ha* (lugar) de onde emana esse modo de ser, uma experiência regida por princípios universais, mas também por determinações culturais e ambientais” (Crepalde, 2014, p. 61).

Além dessa definição, Crepalde (2014, p. 92) explica que “além das palavras-alma, os *tekoha* caracterizam-se e se ligam ao sobrenatural por meio de outros símbolos não linguísticos, como a *oga pysy* (casa de reza) [...]”. É nas *oga pysy* que são realizados todos os rituais, como batismos, bênçãos de remédios, danças e onde se guardam símbolos utilizados para comunicação com o sobrenatural. Portanto, esse espaço é simbólico e sagrado, representando a cultura tradicional Guarani-Kaiowá.

A Constituição Federal brasileira de 1988 especulava a demarcação das terras indígenas em um prazo máximo de cinco anos após sua promulgação; no entanto, isso não se concretizou. Até os dias atuais, os Guarani-Kaiowá lutam pela demarcação territorial, um movimento que teve início na década de 1970 e se intensificou no início da década de 1980.

Para os Guarani-Kaiowá, “a terra significa a garantia de uma vida digna ‘segundo seus usos, costumes e tradições’ em um espaço destinado ao uso do grupo [...]” (Benites, 2012, p. 64). A retomada territorial está intrinsecamente conectada a processos ritualísticos religiosos realizados pelos Guarani-Kaiowá, que ocorrem trimestralmente em territórios já ocupados, com a participação de moradores e indígenas de outras áreas. O processo de retomada territorial está diretamente ligado à demora na identificação, demarcação e homologação das terras indígenas, além dos confrontos físicos entre fazendeiros e indígenas.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a região Centro-Oeste apresentava uma das maiores concentrações de indígenas no Brasil, ficando atrás apenas das regiões Norte e Nordeste. Esses dados incluem indígenas que vivem em contextos urbanos e rurais. O movimento pela reconquista do *Tekoha* está se fortalecendo, manifestando-se em ações autônomas que buscam direitos relacionados à terra, educação, saúde, alimentação e segurança. Percebe-se então, que o *Tekoha* representa mais do que um espaço físico; possui um significado simbólico e cosmológico, refletindo o modo de ser e viver dos Guarani-Kaiowá.

Dessa forma, esse movimento se configura como um “[...] movimento de oposição e contra hegemonia às formas históricas de intimidação e violência sofridas, especialmente perpetradas pelo Estado e fazendeiros” (Mondardo, 2019, p. 66). As ações de reocupação e enfrentamento com fazendeiros têm gerado um alto índice de mortalidade entre os indígenas, que, em comparação com policiais e fazendeiros, encontram-se em desvantagem.

Isso resulta em impactos significativos, como a perda de saberes, aumento de suicídios, ataques repentinos, perda de grandes lideranças e dispersão do conhecimento oral. Staliano e Mondardo (2019, p. 12) afirmam “[...] essa desterritorialização promoveu, de um lado, territorialidades de morte, exemplificadas pelo crescente número de suicídios, e, de outro, territorialidades de vida, por meio das lutas pela reterritorialização nos antigos *tekoha*”.

3.2 Aldeias Urbanas na contemporaneidade

Segundo o último censo do IBGE (2010), no estado de Mato Grosso do Sul, aproximadamente 14.457 indígenas vivem em contexto urbano, representando 3% da população do estado. Dentre elas, estão os “[...] Atikum, Guarani, Kadiwéu, Kaiowá, Kiquinau,

Ofaié e Terena; embora haja uma diversidade étnica, os Guarani-Kaiowá e Terena apresentam o maior número populacional indígena nesta região” (Batistoti; Latosinski, 2019, p. 330).

Assim como os indígenas que residem em áreas rurais, aqueles que habitam o ambiente urbano continuam a lutar pela melhoria da qualidade de vida e pela busca por seus territórios de origem. Esse deslocamento migratório iniciou-se a partir de 1930, em decorrência da epidemia de febre espanhola, que ceifou a vida de muitos indígenas na região, doença trazida pelos colonizadores. Segundo Batistoti e Latosinski (2019), esse processo migratório resultou nas Aldeias Urbanas atualmente existentes.

Os estigmas sociais frequentemente direcionados a essa população manifestam-se no cotidiano, resultando em preconceito em escolas, no trabalho e na vida social, fundamentados em princípios e ideários colonialistas que os percebem como uma ameaça ou como o “outro” que não se encaixa.

Para alguns, a inclusão dos indígenas nas cidades resulta em um esvaziamento cultural, transformando-os em seres alienados de sua própria identidade (Nunes, 2010). Batistoti e Latosinski (2019, 335) discutem a denominação de “Aldeia Urbana”, afirmando que este termo “[...] surge para enfatizar um programa habitacional específico ‘no qual as casas se espremam em minúsculos terrenos e o espaço coletivo não vai além de ruas e calçadas’”.

Embora essas habitações sejam financiadas pelo governo, com a construção realizada pela prefeitura, elas apresentam características comuns:

“[...] estrutura de moradia precária, ausência de serviços de saúde e educação específicos para indígenas, falta de espaços públicos e de lazer, e a criação de aldeias distantes da cultura indígena, localizadas nas periferias da cidade [...]” (Batistoti; Latosinski, 2019, p. 335).

As particularidades culturais não são consideradas, e muito menos pensadas em relação à organização social desses indivíduos. O Estado, ao implantar compulsoriamente as habitações de interesse social aos indígenas, apresenta modelos repetidos e com dimensões padronizadas, sem se preocupar com a configuração da família indígena e seus hábitos culturais e sua tradição (Batistoti; Latosinski, 2019, p. 336). Assim, é evidente a falta de pesquisa *in loco* para compreender como essas residências deveriam ser projetadas e como o investimento público poderia ser aplicado de maneira a evitar grandes alterações ou até mesmo o desuso das moradias.

3.3 Uma aldeia urbana no Mato Grosso do Sul: Aldeia Marçal de Souza em Campo Grande-MS

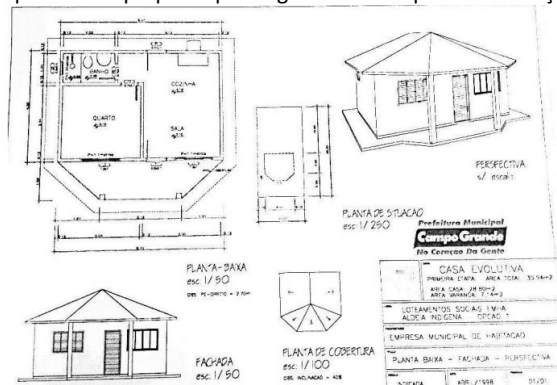
Em Campo Grande, são identificadas quatro Aldeias Urbanas: Marçal de Souza, Água Bonita, Tarsila do Amaral e Darcy Ribeiro. Todas foram construídas pela prefeitura ao longo dos governos vigentes. A Aldeia Urbana Marçal de Souza destaca-se por sua localização em comparação às demais, que se situam nas periferias regionais.

A Aldeia Marçal de Souza foi a primeira Aldeia Urbana construída no Brasil, sendo inaugurada em 12 de fevereiro de 1999, pela Agência Municipal de Habitação de Campo Grande (EMHA) recebendo recursos financeiros do programa Habitar Brasil, sendo a única que possui escritura. Localiza-se na zona leste da cidade de Campo Grande, no bairro Tiradentes. Seu nome foi atribuído em homenagem a um grande líder Guarani, Marçal de Souza, que, assim como

muitos outros indígenas, foi assassinado injustamente por fazendeiros em 1983 (Batistoti; Latosinski, 2019).

As casas dessa aldeia são de alvenaria, padronizadas em lotes de 10x20, e possuem características típicas de residências ocidentais, com sala, cozinha integrada, banheiro, um quarto e varanda. A casa apresenta um telhado de 5 águas, sendo três delas com distribuição radial, talvez na tentativa falha de se assemelhar aos telhados “arredondados” de algumas etnias indígenas (Figura 1).

Figura 1 - Projeto arquitetônico proposta pela Agência Municipal de Habitação de Campo Grande



Fonte: Batistoti; Latosinski, 2019

A divisão espacial interna também reproduz uma construção ocidental. Esse descuido é evidente no programa arquitetônico, que inclui apenas um quarto, quando deveria contemplar mais quartos para núcleos familiares indígenas que se agregam (*parentelas*). Além disso, a casa apresenta cozinha individual, quando a tradição cultural indica, ainda, hoje, um modo coletivo comum de preparo de alimentos nas comunidades indígenas. Há ainda o fato de que não foram levadas em conta as “[...] formas, materiais, pinturas ou desenhos que representassem a identidade dos usuários, assim como a questão do espaço adequado ao tamanho das famílias” (Batistoti; Latosinski, 2019, p. 340). Um aspecto que distingue a Aldeia Marçal de Souza das demais é a presença de uma escola voltada para a educação indígena, que oferece ensino em dois idiomas: português e terena.

Atualmente, essas edificações passaram por modificações, ressignificações e reformas, incorporando símbolos étnicos que remetem à cultura e à tradição local. Dessa maneira, Batistoti e Latosinski (2019, p. 353) entendem que nessas moradias “[...] deveriam ser explorados elementos da sabedoria indígena para as construções e o uso de materiais naturais locais”. Além disso, essas aldeias urbanas “[...] deveriam ser destacadas na cidade, valorizando a riqueza e a história desse povo, além de promover o desenvolvimento local” (Batistoti; Latosinski, 2019, p. 353).

3.4 Estudo de campo na aldeia urbana *Tekoha Borevry* em Naviraí-MS

No dia 10 de abril de 2025, foi realizado um estudo de campo no *Tekoha Borevry*, localizado no município de Naviraí (Figura 2), situado na interseção da Avenida Tarumã com a Avenida Ipuitã, nas proximidades do bairro Jardim Alvorada. O estudo foi autorizado pela organização da aldeia, além da permissão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Ademais, três arquitetos professores doutores e uma graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMS participaram do estudo de campo.



O estudo de campo revelou diversos aspectos que evidenciam o distanciamento tanto da prefeitura do município de Naviraí quanto do Estado brasileiro em relação a essa comunidade. Essa constatação se baseia na falta de abastecimento de água potável, na ausência de coleta e tratamento de esgoto, e a deficiente gestão de resíduos sólidos.

Segundo o IBGE (2022), dentre os indígenas que vivem em áreas urbanas fora de terras demarcadas, o nível de precariedade no acesso à água é 3,7 vezes superior ao de outras populações urbanas do país. Apesar de residirem em áreas urbanas, o acesso dessas comunidades originárias aos serviços de saneamento é inferior à média da população brasileira. Além disso, apenas 59,24% da população indígena residente em áreas urbanas tiveram acesso a esse tipo de saneamento básico em 2022 (IBGE, 2022).

Durante o estudo de campo, foi aplicada uma entrevista semiestruturada ao indígena designado pela organização da aldeia que será identificado nessa pesquisa pelas suas iniciais AP. Durante a entrevista, foi relatado que na aldeia residem 5 grupos familiares, contendo 188 pessoas no total. Esse grupo se organiza em torno de sua parentela, as famílias extensas, o *te'yi*. Como mencionado por Soares *et al.* (2024):

A dinâmica da parentela está além dos limites tidos como tradicionais, de parentesco, o deslocar entre diferentes áreas altera a parentela, ou seja, um Kaiowá e Guarani pode nascer em determinada parentela e ao longo da vida passa a pertencer a outras, por conta de casamento, adoção ou alianças políticas (Soares *et al.*, 2024, p.60).

Durante a visita de reconhecimento do terreno, observou-se que as famílias estão predominantemente organizadas em conjuntos de distribuições nucleares ao longo do terreno espacialmente delimitadas por três casas próximas, dispostas ao redor de um espaço central que funciona como área aberta de integração e convivência. Espaços de terra batida, sem a presença da vegetação nativa, próximos às casas são utilizados para receber visitantes que chegam à aldeia, como espaços de reunião e encontros casuais, com redes e bancos.

A observação do contexto de implantação e das habitações existentes nas proximidades do local da entrevista revela condições de vulnerabilidade social e baixa habitabilidade. É perceptível que essas edificações são predominantemente construídas com materiais improvisados, oriundos da coleta de rejeitos da construção civil urbana e do lixo doméstico.

A cozinha, na maioria dessas residências, está situada na área externa. Os banheiros, por sua vez, são improvisados, utilizando cobertores, lençóis e lona, e estão dispostos em várias áreas do espaço, o que indica uma falta de infraestrutura adequada. O saneamento básico constitui um problema na aldeia, uma vez que, nas proximidades desses banheiros, esgoto corre a céu aberto, sendo conduzido através de valetas cavadas à terra ao córrego mais próximo, o Córrego do Touro. Além disso, outras edificações tradicionais no entorno do córrego realizam descarte de rejeitos sem tratamento: foi identificado que na região há tanto industriais quanto residenciais adjacentes realizando tal descarte. Isso inviabiliza o uso da água do córrego pelos habitantes da aldeia, uma vez que não há o fornecimento de água potável via operadora estadual ou municipal. Além disso, foi identificado o acúmulo de lixo por todo o perímetro da região. Essa situação configura-se como um problema de saúde e gestão pública – esgoto exposto, falta de água potável e coleta de lixo ineficiente – sendo um dos fatores predominantes na disseminação de doenças para os moradores de acordo com os relatos.

Além dos aspectos mencionados, observa-se a debilidade dos espaços coletivos para rituais e assembleias. Embora esses espaços tenham um valor cultural significativo, no *Tekoha Borevry* esses espaços demandam uma estrutura física adequada para atender às necessidades da comunidade preservando sua identidade, pois há apenas a delimitação espacial no terreno, mas não as edificações tradicionais para realização dos rituais e assembleias. O espaço existente utilizado para a realização de cerimônias e assembleias não possui cobertura, o que representa um desafio adicional em dias chuvosos ou frios, apresentando assim a ausência da Casa de Reza.

O estudo de campo e os relatos do entrevistado despertou a percepção nos pesquisadores de que a ausência da atuação pública para essa população indígena torna a permanência digna em seus territórios de retomada quase inviável, como uma forma velada de expulsão, reforçando o contexto de discriminação social a que estão submetidos em uma aldeia urbana.

3.5 A concepção projetual da casa em uma aldeia Guarani e Kaiowá

O processo de colonização que se seguiu à Guerra da Tríplice Aliança provocou mudanças drásticas na concepção e no significado da casa indígena. A arquitetura indígena é entendida como uma “[...] expressão cultural resultante das relações com o contexto físico, social e com as formas de manutenção da vida, aspectos intimamente ligados ao potencial do ambiente” (Sousa, 2020).

A construção de habitações na aldeia da etnia Guarani é profundamente influenciada por mitos e rituais que fundamentam seu saber. Conforme Costa (1993, p. 114), “os mitos mais importantes neste caso são os mitos de Origem e Fundação e a tradição da Busca da Terra sem Mal - *Yvy Marã'e'y*; essa busca deu origem a migrações passadas e recentes que estabeleceram a atual rede de aldeias”

A organização social Guarani é estruturada em torno do núcleo familiar, o que determina a disposição espacial das habitações, que se encontram próximas umas das outras, refletindo o processo migratório de grupos de pessoas em direção a esse território. O núcleo central da aldeia é a *opy* (casa de reza), que, junto ao pajé, líder da aldeia, desempenha um papel fundamental na manutenção da comunidade. Para Costa (1993, p. 121), a casa de reza é o “ponto fixo e também denota coração, meio, semente. *Opy* seria, pois, a casa central, a casa

fixa, imutável e o coração da aldeia, a geradora do território guarani”. A casa de reza ocupa uma posição central na vida social da aldeia, não apenas em termos geográficos, mas também em relação à sua importância e dimensão em comparação às demais habitações (Costa, 1993). Assim, a casa de reza representa o coração da aldeia, enquanto o pajé simboliza o coração do povo, ambos exercendo papéis significativos na ordem e na tradição comunitária.

A utilização de materiais naturais disponíveis na região, juntamente com seu significado cultural, configura uma das principais características dessas construções. A casa de reza é percebida como um abrigo dos deuses; por isso, o cedro se destaca como o material mais utilizado, uma vez que “[...] está classificado entre as madeiras sagradas, assim como *pindo* - palmeira, *yvyraovi*, *kurupika'y*, *gwapo'y*, *aju'y*, etc.; todas elas também utilizadas na produção de fogo” (Costa, 1993, p. 118).

Essa madeira era empregada na estrutura das habitações, mas, ao longo do tempo, seu uso foi restringido à construção da casa de reza devido à sua escassez na região. Além de sua aplicação na estrutura, o cedro também era utilizado na confecção de objetos ritualísticos, como o bastão de reza masculino. Ademais, era empregado na construção de objetos náuticos e no altar, onde uma barca estilizada, que serve como travessão, recebe a fumaça do tabaco - *petin* - durante os rituais religiosos (Costa, 1993). Portanto, as características construtivas dessa etnia refletem a influência do contexto físico e cultural em que estão inseridas.

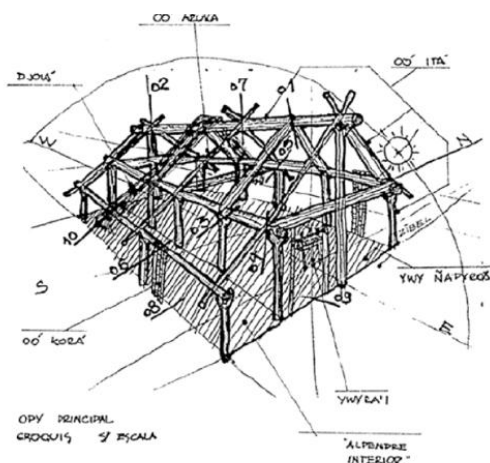
O sistema construtivo dos Guarani-Kaiowá integra a arquitetura com objetos ritualísticos que constituem instrumentos religiosos. Nesse sentido, os desenhos elaborados por Costa (1993) em seu estudo etnográfico ilustram as estratégias estruturais das edificações. As Figuras 3 e 4 demonstram como esse sistema construtivo opera, onde as peças descarregam o peso verticalmente e estão amarradas por cipós e ilanas, assim como a cobertura.

Em vista disso, Costa (1993, p. 127), explica que:

A arquitetura guarani apresenta soluções estruturais onde destacam-se os simples encaixes em forquilha ou no máximo algum rebaixo simples para facilitar a justaposição e a amarração, sendo raríssimos os casos de entalhes ou encaixes complexos. Apresenta, entretanto, acabamentos criativos e de grande funcionalidade, como o uso de esteiras de folhas ou trançados de cipó ou taquara, além de vedos em pau-a-pique, muito bem-feitos. Não se verifica amiúde acabamentos em argila, tijolo ou pedra, embora como foi dito acima, haja pleno conhecimento de técnicas complexas, como a taipa de sopapo.

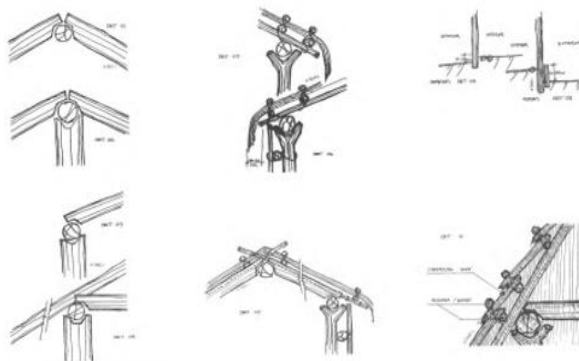
Dessa maneira, a arquitetura na aldeia, além dos materiais já mencionados, incorpora também folhas de palmeira, pindoba (especialmente na cobertura), sapé, folhas de palmito e folhas de jaricanga. Esses materiais são amarrados com tiras de galhos de árvores ou varas de bambu. As vedações das habitações são construídas com pau-a-pique-estaqueado, dispostas predominantemente na orientação vertical. Essa técnica consiste em pequenos troncos amarrados entre si, apresentando uma disposição que contrasta com a estrutura principal.

Figura 3 - Sistema construtivo.



Fonte: Costa, 1993

Figura 4 - Detalhes construtivos



Fonte: Costa, 1993

A divisão espacial interna das habitações é definida de acordo com as características de cada família, variando conforme o número de integrantes e podendo ser adaptado em função da topografia e da proximidade entre parentes. Essa flexibilidade resulta em diversas formas de organização do espaço habitado. Como mencionado por Carrinho (2010):

Estas edificações são construções exíguas, com plantas regulares e telhado de duas águas, que apresentam dimensões variadas, conforme as necessidades das famílias que constroem, com medidas entre 12m². Como geralmente não há divisões internas, esse ambiente único acaba desempenhando diversas funções, como dormir — a principal delas — também guardar sementes do milho guarani ou outros objetos necessários, fazer artesanato, cozinhar e conviver com a família nos dias mais frios (Carrinho, 2010, p. 135).

Dessa forma, observa-se que a estrutura construtiva e o espaço interno se entrelaçam com a funcionalidade cotidiana, refletindo os rituais e a cultura.

Conforme já discutido, as construções habitacionais entre os Guarani e Kaiowá sofreram, ao longo dos anos, modificações radicais, tanto em decorrência do processo de desterritorialização quanto pelo incentivo do governo brasileiro à colonização desses povos, conforme já debatido nos tópicos anteriores.

Nesse contexto, o deslocamento era uma prática comum entre os Guarani-Kaiowá, uma vez que sua organização espacial se baseia na disponibilidade de alimentos. Dessa forma, a configuração do espaço era estabelecida por meio da formação de pequenos agrupamentos, o que facilitava o acesso aos recursos naturais. Adicionalmente, as habitações eram caracterizadas por construções simples e rústicas, conforme discutido por Kühl e Schallenberger (2014).

Entretanto, após a colonização e a imposição de políticas governamentais, a dinâmica dessa população sofreu alterações significativas. Com a interrupção desse modo de vida tradicional, tanto a arquitetura quanto o uso do espaço passaram por transformações. As práticas arquitetônicas mudaram de uma dinâmica livre para uma configuração com espaços reduzidos, impactando diretamente a forma como as casas eram construídas. Assim, é pertinente afirmar que “[...] a arquitetura é um produto cultural, pois é resultado da sociedade que a empreendeu segundo as necessidades ou anseios vividos quando a obra foi idealizada”

(Kühl; Schallenberger, 2014, p. 212). Essa perspectiva ressalta a interdependência entre as práticas arquitetônicas e as condições sociais e culturais de um determinado grupo.

A casa de reza, ou *óga pysy* – que significa casa comprida ou casa grande – é um elemento essencial na luta pelo *tekoha* e na continuidade da resistência do vínculo da memória coletiva com seus ancestrais. Segundo Benites (2024, p. 21), ter a casa de reza nas aldeias atualmente “[...] sustenta e garante o convívio no modo do *tekoyma* (modelos de ser dos antigos, dos antepassados, dos guardiões), ou seja, modo de existir baseado no sagrado e na perfeição divinas que são fundamentos dos valores Guarani e Kaiowá”. Nesse sentido, a construção da casa de reza deve seguir a forma tradicional, a fim de perpetuar os costumes e crenças.

3.5 Relações espaciais para orientações projetuais

A partir da discussão tecida até aqui, a síntese das relações espaciais para orientações projetuais identificadas foi sistematizada com base nas demandas atuais dos indígenas que vivem em contexto urbano no *Tekoha* Mborevyry, com foco na casa de reza, na cozinha compartilhada, nos banheiros e nas de habitações para que cumpram seu papel físico e simbólico (Quadro 1).

As funções realizadas nesses espaços variam, assim como seus significados. A Casa de Reza é utilizada para o batismo do milho branco (*jerosy*), batismo das crianças (*mitã karai*), ritual de perfuração dos lábios dos meninos (*kunumi pepy*) e curas das pessoas (*jehecha*). É um espaço onde são transmitidos os saberes sobre a origem do mundo, a história dos seus ancestrais, que são repassados por meio do canto e das narrativas, entre outras funções realizadas (Benites, 2024).

Segundo os autores Kuhl e Schallenberger (2014), em seus estudos sobre a habitação tradicional dos Guarani-Kaiowá, enfatizam que o aspecto mais significativo das edificações é a simbologia que envolve seu uso, refletindo a vida do grupo por meio de suas práticas culturais, cerimônias e manifestações de sua tradição. Assim, os ambientes construídos representam apenas a “casca”. Desse modo, as casas são utilizadas apenas para espaço de descanso e repouso.

Ademais, as habitações tradicionais, em virtude do uso de materiais naturais tanto para revestimento quanto para cobertura, proporcionam um maior conforto térmico para uma permanência prolongada. Segundo Zanin (2006, p. 105), “[...] a casa tradicional revestida com barro possui regulação térmica natural em seu interior, possibilitando conforto nas diferentes estações do ano”. Utilização de materiais nativos, como o sapé, madeira roliça, painéis de madeira articulados e madeira (eucalipto) na sua estrutura e vedação; ventilação cruzada para um maior conforto térmico; fachadas principais voltadas para onde ocorre menor incidência solar; espaços com sombreamento natural ou artificial; iluminação natural; ambientes coletivos cobertos; integração direta com a área externa, uso de treliças e pórticos leves que sustentam coberturas ventiladas.

Quadro 1 – Síntese das relações espaciais para orientações projetuais e proposta de espacialização interpretativa.

	Arquitetura e tradição	Espacialização do simbólico e do atual (sem escala)
<p><i>Casa de reza</i></p>	<p>Ausência de divisões internas, criando um espaço amplo; cobertura que vai até o solo; por tradição religiosa devem possuir três portas: duas laterais e uma principal, orientada para o sol nascente; no centro da casa de reza, em frente à porta principal, encontra-se o altar, conhecido como <i>yvra'i</i> (pequena madeira colorida), onde são dispostos objetos sagrados e instrumentos musicais. Se possível, deve ser utilizada na construção madeiras sagradas (<i>pindo</i> – palmeira; <i>yvraovi</i> – farinha-seca; <i>kurupika'y</i> – pau-de-espinho; <i>gwapo'y</i> – mutamba, embira; <i>aju'y</i> – figueira-mata-pau, entre outras).</p>	
<p><i>Habitação / Moradia</i></p>	<p>Prática do fogo de chão, um ritual sagrado das habitações; o interior dessas construções geralmente não apresenta divisões internas, os espaços de convívio são livres. Divisões internas apenas quando adicionado mais quartos; ambientes de descanso e convívio; “varanda-pátio” como área de convivência aberta, conectada à área externa; pátio familiar para convívio na parentela. Utilização de materiais nativos, como o sapé, madeira roliça, painéis de madeira e madeira na sua estrutura e vedação.</p>	
<p><i>Cozinha Coletiva</i></p>	<p>Espaços de integração entre a área externa e a interna; espaço para as refeições; cozinha organizada em torno de um fogão central coletivo; espaço para lavagem de alimentos e armazenamento; área de sombra e descanso; jardins com ervas medicinais. Sua infraestrutura deve conter sistema de captação de água da chuva e pia coletiva com água corrente.</p>	

Fonte: Autoria Própria.

Além disso, as cozinhas e os banheiros compartilhados devem atender cada grupo familiar, respeitando suas localizações pré-existentes. É aconselhável que a unidade sanitária seja construída a aproximadamente vinte metros das edificações, uma vez que os habitantes da aldeia, em virtude de seus valores, costumes e hábitos, não costumam utilizar esse módulo de higiene próximo, ou no interior, da casa. Essa identificação baseada em costumes religiosos foi confirmada durante o estudo de campo. Ou seja, os banheiros inseridos no contexto de divisão espacial interna da habitação é uma postura arquitetônica ocidental que não atende aos costumes e tradições da cultura Guarani-Kaiowá.

Com esse debate sobre a caracterização das edificações indígenas Guarani-Kaiowá baseadas na relação dos espaços com sua identidade, o Quadro 1 sistematiza a síntese de orientações projetuais de algumas concepções arquitetônicas tradicionais para três destes espaços, entendendo toda a carga simbólica da cultura desse grupo étnico que devem ser consideradas e ajustadas aos projetos contemporâneos: a Casa de Reza, a Habitação e a Cozinha Coletiva.

O Quadro 1 também apresenta esboços propositivos em planta baixa e cortes esquemáticos que interpretam essas orientações projetuais. Essas representações gráficas buscam articular a memória material e simbólica do povo Guarani-Kaiowá – expresso no uso de madeiras sagradas, roliças, estruturas de madeira e sapê – com os materiais contemporâneos típicos do contexto urbano onde se inserem a aldeia – alvenaria, concreto e cerâmica armada.

Embora não esgotem as possibilidades de associação entre o simbólico e o atual, as propostas projetuais não pretendem uma síntese definitiva, mas buscam oferecer uma reinterpretção prática que conecta tradição e contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou a complexa relação entre os Guarani-Kaiowá e seu território no contexto urbano de Naviraí-MS, destacando a tensão entre tradição e imposição de modelos ocidentais de habitação. Foi identificado que o *tekoha* permanece central na identidade cultural, mesmo em áreas urbanas, mas sofre tanto com a falta de adaptação dos projetos habitacionais às necessidades coletivas e simbólicas desse povo, quanto pela gestão pública da infraestrutura dos seus contextos de implantação, em específico a precariedade do fornecimento de saneamento básico, de água potável e de uma coleta eficiente de resíduos sólidos.

A arquitetura indígena tradicional, outrora uma eficiente resposta cultural e ambiental, foi substituída por construções padronizadas que ignoram organização espacial baseada em parentelas (*te'yi*); em espaços comunitários (como a *opy*); e em áreas externas (*oká*) para rituais e convívio. Além disso, desconsideram a cosmologia Guarani-Kaiowá de implantação no sítio, ao não atender as relações de orientação solar e dos materiais sagrados. Isso resulta em projetos com habitações inadequadas ao tamanho das famílias extensas; em ausência de infraestrutura cultural, como as casas de reza; e em degradação ambiental (esgoto a céu aberto, contaminação de córregos).

Conclui-se, então, que a habitação indígena em contextos urbanos exige uma abordagem interdisciplinar de arquitetura e urbanismo, antropologia e gestão pública que reconcilie território, sustentabilidade, identidade cultural e contemporaneidade. As orientações

esaciais aqui discutidas buscam servir como base inicial de referência para uma melhor tomada de decisão nas relações projetuais arquitetônicas para futuras aldeias urbanas que associam o simbólico e o contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BATISTOTI, Aleida Fontoura; LATOSINSKI, Karina Trevisan. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/ MS. **RUA**, Campinas, SP, v. 25, n. 1, 2019. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8655545/20919>>. Acesso em 08 de set. 2024.

BENITES, Tonico. Trajetória de luta árdua da articulação das lideranças Guarani e Kaiowá para recuperar os seus territórios tradicionais tekoha guasu. **Revista de Antropologia da UFSCAR**, v. 4, n. 2, p. 165-174, 2012. Disponível em: < <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/83/79>>. Acesso em 12 de set. 2024.

CARMO, Gustavo Costa; FERREIRA, Eva Maria Luiz. **A mão de obra kaiowá e guarani na colonização no antigo sul de Mato Grosso: Povos Indígenas no Mato Grosso do Sul**. Dourados: Editora UFGD, p. 359-368, 2015.

CARRINHO, Rosana Guedes. **Habitação de interesse social em aldeias indígenas**: uma abordagem sobre o ambiente construído Mbyá-Guarani no litoral de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Florianópolis, SC, 2010. Disponível em: [//efaidnbmnnnibpccajpcgiclfindmkaj/https://posarq.ufsc.br/files/2010/08/disserta%C3%A7%C3%A3o-1.pdf](https://efaidnbmnnnibpccajpcgiclfindmkaj/https://posarq.ufsc.br/files/2010/08/disserta%C3%A7%C3%A3o-1.pdf)>. Acesso em 12 de set. 2024.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Lideranças indígenas e a luta pela terra como expressão da organização sociopolítica guarani e kaiowá. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 182, 2015. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspaçoAmeríndio/article/view/54382/34214>>. Acesso em 14 de set. 2024.

COSTA, Carlos Zibel. O desenho cultural da arquitetura guarani. **Revista PosFAUUSP**, n. 4, p. 113-130, 1993. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/137037/132826>>. Acesso em 14 de set. 2024.

CREPALDE, Adilson. **A construção do significado de tekoha pelos kaiowá do Mato Grosso do Sul**. Tese (doutorado em letras). UFRGS. Porto Alegre, 2014.

MARTINS, Andérbio Márcio Silva et al. Nomes e sobrenomes dos guarani e kaiowá de Mato Grosso do Sul. **Onomástica desde América Latina**, v. 1, n. 2, p.45-66, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/onomastica/article/view/25490>>. Acesso em 20 de set. 2024.

MONDARDO, Marcos; SENHORAS, Elói Martins; ZOUËIN, Maurício Elias. **Tekoha: lutas indígenas pelo território**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá**: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha-Dourados/MS. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

NUNES, Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. **Espaço Ameríndio**, v. 4, n. 1, p. 9-9, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspaçoAmeríndio/article/view/8289>. Acesso em 28 de set. 2024.

OLIVEIRA JÚNIOR, Jair Antonio de. **Arquitetura ribeirinha sobre as águas da Amazônia**: o habitat em ambientes complexos. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

STALIANO, Pamela; MONDARDO, Marcos Leandro; LOPES, Roberto Chaparro. Onde e como se suicidam os Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul: confinamento, jejuvy e tekoha. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe, p. e221674, 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/pcp/a/VSG67J3J3rRrX87H5bS3hQJ/>>. Acesso em 02 de out. 2024.

URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera; PRADO, José Henrique. O impacto do processo de territorialização dos Kaiowá e Guarani no sul de Mato Grosso do Sul. **Tellus**, p. 49-71, 2015. Disponível em: < <https://tellusucdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/358/349>>. Acesso em 02 de out. 2024.

VIETTA, Katya. Os Deuses, Os Homens E Suas Escolhas: Cosmologia, Organização Social, Conflitos Territoriais e Outras Histórias Kaiowa. **Povos Indígenas no Mato Grosso do Sul**. Dourados: Editora UFGD, p. 323-46, 2012.

ZANIN, Nauíra Zanardo. **Abrigo na natureza**: construção Mbyá-Guarani, sustentabilidade e intervenções externas. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). UFRGS. Porto Alegre, 2006.

BENITES, Eliel. Óga pisy (casa de reza) Guarani e Kaiowá: espaço de resistência e de encontro dos seres (humanos e não-humanos). **Dourados: Raído**, v. 18, n. 45, p. 21-31, 2024.

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz. **Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o Projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica**. Rio de Janeiro: Editora Contracapa: 2001.

KÜHL, Gracieli Erna Schubert; SCHALLENBERGER, Ernelo. Arquitetura e a construção do espaço guarani no oeste do Paraná: um estudo de caso na aldeia tekoha añetete. **Muitas Vozes**, v. 3, n. 1, p. 205-225, 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/6497/pdf_186>. Acesso em 22 de abr. de 2025.